



Abril 2016 - ISSN: 1988-7833

## **DISTANCIAMENTO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO TURISMO: reflexões sobre uma ação malsucedida em um destino turístico**

**Eriberto do Nascimento Sousa**

Mestrando em Turismo na Universidade de São Paulo, Brasil

Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)<sup>1</sup>

[eribertosousa@usp.br](mailto:eribertosousa@usp.br)

**Ruan Tavares Ribeiro**

Mestrando em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Bolsista pela Universidade Anhembi Morumbi

[ruantavaresufma@gmail.com](mailto:ruantavaresufma@gmail.com)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Eriberto do Nascimento Sousa y Ruan Tavares Ribeiro (2016): "Distanciamento entre teoria e prática no turismo: reflexões sobre uma ação malsucedida em um destino turístico", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (abril-junio 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccs/2016/02/turismo.html>

**Resumo:** Neste ensaio, reflete-se sobre o distanciamento entre teoria e prática no turismo, com o olhar crítico voltado para uma ação da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR), Maranhão, Brasil, no ano de 2006. Tais reflexões perpassam questões sobre teoria, prática e visão crítica em Turismo. Ao analisar as considerações da cientista social Emilene Sousa sobre uma iniciativa malsucedida da SETUR, nota-se que esta é uma discussão ainda necessária. Os discursos e as atitudes dos profissionais, dentre eles alguns bacharéis em turismo, apontam para um dos eixos do duplo vício do distanciamento entre teoria e prática, em que há desvalorização e/ou desconhecimento da teoria. Munidos de uma postura crítica, é possível desconstruir a polarização entre efeitos negativos/positivos do turismo, academia/mercado e, sobremaneira, teoria/prática. Mas não é uma desconstrução simples, não é a crítica pela crítica. Refere-se ao conhecimento crítico que busca e promove a transformação de uma realidade medíocre. Com isso, pretende-se somar com a compreensão das consequências da dita ruptura (teoria X prática) para a realidade de comunidades frente ao turismo.

**Palavras-chave:** teoria e prática, turismo, visão crítica, profissionais em turismo, destino turístico.

**Abstract:** In this essay, it is aimed to reflect on the distance between theory and practice in Tourism, with a critical view focusing on a specific action of the Municipal Tourism Secretariat of São Luís (SETUR), Brazil, in 2006. The reflections go through issues concerning theory, practice and critical view in tourism. After analyzing the perceptions of social scientist Emilene Sousa on a bad approach by SETUR, it was noticed that this discussion is still necessary. The discourses and attitudes of the professionals, including those who hold a Bachelor degree in Tourism, show the distance between theory and practice. With the support of the critical view it is possible to deconstruct the polarization between negative/positive impacts of tourism, academy/labor market and theory/practice. But it is neither a simple deconstruction nor the critical view by the critical view. It refers to critical knowledge that searches and promotes the transformation of a bad reality. Thus it is intended to join a better comprehension of the consequences of such gap (theory X practice) for the communities that face tourism.

**Keywords:** theory and practice, tourism, critical view, tourism professionals, tourist destination.

## Considerações iniciais

As mudanças ocorridas no turismo advêm de transformações na sociedade, na natureza, na cultura, na política; por isso, entre outros fatores, a necessidade de buscar-se respaldo na teoria para cada ação torna-se mais viva. É por meio desse saber que também se constrói o entendimento sobre este mundo que sempre foi dinâmico, e como Trigo e Mazaro (2012) ressaltam: devemos ficar atentos à velocidade da mudança.

O caráter interdisciplinar dessa área de formação e atuação exige habilidades e atitudes profissionais que contemplem conhecimentos de disciplinas como Administração, Antropologia, Economia, Geografia, História, Sociologia, entre outras. É como Veal (2011, p. 53) enxerga um “*desafio intimidador*” a ser enfrentado por estudantes – e pesquisadores e demais profissionais, acrescentam-se – das áreas de lazer e turismo para “*captar a essência de um amplo leque de contribuições de diversas disciplinas*”, sobretudo quando se percebe “*as gerações [...] lançadas em um mundo incerto, mais exigente, em que o esforço individual não é suficiente, em que a obsolescência cotidiana do conhecimento requer permanente aprendizagem*” (Dencker, 2003, p. 107 grifo nosso).

Mas não basta dotar-se de conhecimentos. É preciso a adoção de uma postura crítica perpassando o saber teórico aliado à prática. Panosso Netto e Castillo Nechar (2014, p. 134) postulam que a crítica é uma busca pela compreensão, construção, interpretação e produção de “*um sentido novo, um novo significado do objeto de estudo em questão, pois nada é dado que não deva ser e possa ser superado, é um levar-trazer o não dito para o dito, o não enunciado para o enunciado*”. Diante disso, o desafio para profissionais em turismo é ainda maior e estimula os autores que assinam este artigo para algumas considerações iniciais.

Primeiramente, lembra-se que há quem questione a relevância da teoria com afirmações do tipo “isto é muito teórico” ou “isso é tudo muito bonito, mas eu quero ver é na prática”. Isso é preocupante, e se há resistência aos estudos teóricos em espaços próprios para a reflexão, como nas salas de aula da universidade, é porque “*algo está errado*” (Panosso Netto, 2011, p. 40). Partindo daí, entende-se que o mal-entendido que mora nas ingênuas afirmações anteriores gera e aprofunda uma ruptura entre teoria e prática. Conseqüentemente, o distanciamento entre ambas refletirá no exercício da profissão e afetará diversos sujeitos envolvidos, sejam os próprios profissionais, sejam os turistas, sejam os moradores.

A ideia para as reflexões aqui colocadas surgiu a partir da leitura dos trabalhos de Emilene Leite de Sousa, professora do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, os quais discorrem sobre uma ação malsucedida de técnicos da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR), Maranhão, no ano de 2006. Os artigos em questão são: “*Invasão*” à *Ilha do Medo: o processo de implantação do turismo e a reação dos autóctones* (2007), *A Ilha do Medo e o Medo do Turismo* (2008) e *Pelas fronteiras do medo: resistência ao processo de implantação do turismo na Ilha do medo – Maranhão, Brasil* (2011). Nas palavras de Margarita Barretto (2011, p. 301), os relatos da autora são curiosos e expõem “*a complexa teia de conflitos, entre residentes e visitantes e nativos e instâncias governamentais*”.

A autora dos artigos supracitados nutriu-se majoritariamente de reflexões antropológicas e sociológicas sobre o ocorrido<sup>2</sup>. Este artigo busca, então, aprofundar as análises da autora por meio de aportes da literatura do turismo. A área do turismo possui trabalhos que discutem tais questões desde o século passado, por isso, a proposta dos autores que assinam este artigo é corroborar com as ideias de Sousa, mostrando que essas discussões são também objeto de estudo dos turismólogos e estudiosos de outras áreas comprometidos com conceitos e práticas responsáveis na área em questão. As análises dos trabalhos da professora Emilene Sousa, aqui propostas, recaem sobre os

discursos proferidos pelos profissionais que participaram da dita incursão à ilha, relatados por essa autora; e, ainda, sobre as percepções dessa cientista social.

Lançou-se mão de fundamentos da teoria e prática nas Ciências Humanas e Sociais (Pereira, 2011), teorias do turismo e formação acadêmica, profissional e crítica em turismo (Moesch, 1998; 2013; Trigo, 2003; Panosso Netto, 2011; Panosso Netto, Noguero & Jäger, 2011; Valduga, 2013; Panosso Netto & Castillo Nechar, 2014). Esta construção teórica ampara o diálogo promovido com as percepções de Sousa (2007; 2008; 2011). As reflexões posteriores se nutrem de alguns pensamentos de Krippendorf (2009), Santana (2009), George Doxey, Jafari (1994), apenas para citar alguns; e traz um descontentamento sobre o distanciamento entre teoria e prática no planejamento de destinos turísticos.

Portanto, refletir sobre o distanciamento entre teoria e prática no turismo, com o olhar crítico voltado para uma ação do órgão municipal de turismo supracitado, é o objetivo deste artigo. A partir disso, pretende-se somar com a compreensão das consequências da dita ruptura (teoria X prática) para a realidade de comunidades frente ao turismo. Posterior a estas considerações iniciais, as reflexões organizam-se, primeiramente, em um marco teórico sobre teoria, prática e crítica como critérios fundamentais para a formação e atuação do turismólogo; e, na sequência, promove-se um diálogo teórico com as observações de Emilene Sousa a partir da literatura já mencionada sobre o turismo.

### **O lugar da teoria, da prática e da crítica na formação em turismo: conteúdos indissociáveis**

Uma das particularidades das Ciências Humanas e Sociais se encontra na formulação de teorias, que tem em seu objeto de investigação o próprio sujeito, o homem. É evidente que não se trata de ignorar a “*natureza natural*”, pois o ser humano não é estudado fora desse contexto. Trata-se de reconhecer a natureza humana e social do objeto (Pereira, 2011, p. 60). As interpretações teóricas que surgem no âmbito dessas ciências se agarram, mas com flexibilidade, em “*modelos de pensamento ou ‘escolas’*” (Pereira, 2011, p. 65). A complexidade da teorização se revela mais nas Ciências Humanas do que em outras, porque, de acordo com Pereira (2011, p. 65), “*antes de mais nada fazem-nos ver que sua compreensão se vincula diretamente ao fato de o homem, na sua relação com o mundo, ser não só o protagonista (elemento central) de toda teoria, enquanto abstração, mas também o ser teórico-prático*”. Nesta relação, o ser humano está no centro e emerge ao agir, presenciar e se relacionar com o mundo. Ele estabelece, por meio dessa presença e ação, uma “*ação sobre o mundo material e, conseqüentemente, sobre si mesmo. Só a ação do homem faz dele o próprio sujeito, duplamente entendido, sujeito de si e de sua ação individual*” (Pereira, 2011, p. 65).

É aqui onde se situa o turismo como fenômeno e área de estudos, cujo “*sujeito e objeto de seus deslocamentos turísticos*” devem ser direcionados pelos “*atos do homem*” (Panosso Netto, 2011, p. 26), sendo “*o ser humano [...] responsável único pela configuração do que se conhece por fenômeno turístico. Sem ele interagindo com a infraestrutura turística e com as empresas do setor, existe apenas um fato turístico*” (Panosso Netto, 2011, p. 38 grifo do autor). Valduga (2013), por sua vez, questiona qual o sentido para se estudar o turismo sem um objeto definido. Na sequência, o autor coloca a seguinte indagação: “*qual o objeto central do turismo?*” (Valduga, 2013, p. 464). Panosso Netto (2011, p. 54) entende que o objeto de estudo desse fenômeno é “*o homem enquanto afetado pelas viagens e mobilidades, bem como o setor de empresas e as comunidades que emitem e recebem turistas*”.

O ato teórico nas Humanidades carrega consigo uma relação de dependência entre a teoria e a prática, pois só há sentido se o fundamento ou o pressuposto daquela for esta, “*no sentido de que o homem não teoriza no vazio, fora da relação de transformação tanto da natureza, do mundo (cultural/social) como, conseqüentemente, de si mesmo*” (Pereira, 2011, p. 72). A separação entre a teoria e a prática nos conduz ao que Pereira (2011) chama de “*duplo vício*”. Assim, priorizar a teoria,

divorciando-a da prática, é cair num vício idealista; da mesma forma que acentuar a importância da prática isolada da teoria é cair “no praticismo, na visão pragmática ou utilitária da ação humana” (Pereira, 2011, p. 82). Qual a importância, então, da união entre ambas? “A atividade humana precisa de um respaldo teórico, crítico, tanto para os avanços dos projetos humanos como para que nos livremos da mediocridade” (Pereira, 2011, p. 84). Não é impossível deparar-se com “espelhos” desse duplo vício, ou seja, aqueles com pobre formação teórica e prática. O turismo possui diversos problemas teóricos que não são dissociados de seus acontecimentos práticos. Um exemplo está na

*necessidade do turismo ser de fato autossustentável, em suas várias vertentes (cultural, ambiental, social, econômica). Como saber se é ou não autossustentável se não houver um estudo teórico?*

*Além do problema da sustentabilidade, que sem a ajuda da teoria não será respondido, ainda existem outros inúmeros problemas que se colocam ‘ao turismo prático’ e que esperam abordagens teóricas consistentes para serem solucionados, tais como: ser mais acessível (em todos os sentidos); ser inclusivo; ser ético; ser mais humano e menos comercial; ser inovador; ajudar na redução do aquecimento global; superar os problemas do turismo de massa; transpor os problemas da super segmentação dos mercados; modelos de governança; entre outros. (Panosso Netto, Noguero e Jäger, 2011, p. 551).*

Afinal, como se tem pensado a teoria em turismo? A ideia de uma teoria unificadora para o turismo emerge de uma carga positivista, tal qual percebem Panosso Netto e Castillo Nechar (2014) em alguns apontamentos de John Tribe. Por que, então, o positivismo é tido como um sinônimo de agressão às Ciências Sociais (Giddens, 1974 citado por Veal, 2011) e, logo, ao turismo? Quais são as limitações provocadas pela visão positivista nos estudos do turismo? Algumas evidências são postas:

*1. Fundamento na ciência clássica como base do desenvolvimento da atividade. 2. Os avanços tecnológicos foram os grandes propiciadores do nascimento do turismo contemporâneo. 3. O estudo do turismo não pode ser elevado à categoria de ciência ou disciplina científica. 4. O turismo constitui-se num avanço da sociedade como parte de um valor universal. 5. Estudos estatísticos, que apresentam cifras dos deslocamentos de pessoas pelo mundo, são provas de que o fenômeno turístico está crescendo. 6. A grande quantia de dinheiro gerada pelo turismo confirma o sucesso da atividade. 7. Quando mais passa o tempo, mais o turismo cresce. (Panosso Netto e Castillo Nechar, 2014, p. 129)*

Note-se que, entretanto, vem crescendo o número de pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais que se opõem ao tratamento do homem como “*simples objeto do conhecimento*”, isolado de suas relações e contextos socioculturais (Martins e Théophilo, 2009, p. 2). Em oposição às cobranças engessadas do positivismo, surgem escolas do pensamento com abordagens mais próximas do objeto de investigação das Ciências em referência, e os estudos turísticos acompanham ditas evoluções científicas. O quadro 1 apresenta algumas das referidas abordagens.

QUADRO 1 – Algumas escolas teóricas do Turismo – novas abordagens

<b>Escolas teóricas</b>	<b>Alguns autores</b>
Sistemismo	Cuervo (1967), Leiper (1979; 1995), Sessa (1985), Molina (1991), Beni (1998), Boullón (2002)
Marxismo	Young (1973), Bonaldo (1984), Bem (2005), Mullor e Blázquez (2011) e Jiménez (2011)
Fenomenologia	Cohen (1979), Molina (1991), Masberg e Silverman (1996), Marioli (2002), Ingram (2002), Panosso Netto (2005), Caton e Santos (2007), Andriotis (2009), Szarycz (2008; 2009), Santos e Yan (2010) e Pernecky e Jamal (2010)

---

Hermenêutica	Patterson, Watson, Williams e Roggenbuck (1998), Conde Gaxiola (2008a; 2008b), Ferreira (2008) e Caton e Santos (2008)
--------------	--

---

Fonte: Elaboração com base em Panosso Netto (2011) e Panosso Netto e Castillo Nechar (2014)

A contribuição de escolas e modelos teóricos do turismo justifica-se devido sua relevância para a compreensão do fenômeno. Mas para que a teoria impacte a formação do profissional, ela urge pela crítica. Os estudos críticos emergem no turismo como uma possibilidade de se repensarem as articulações entre o mundo teórico e prático. Porém, a crítica é sufocada em Instituições de Ensino Superior (IES) cuja preocupação só traduz a técnica, sem incentivo às reflexões dessa área que desafia a todos constantemente (Panosso Netto & Castillo Nechar, 2014).

Diante disso, qual é o papel desejável das universidades? As universidades são responsáveis por promover debates teóricos sobre essas questões, o que não corresponde às “críticas” (ou pseudocríticas?!?) de quem acredita que os cursos superiores de turismo sejam muito teóricos e pouco voltados ao mercado. Ora, a realidade mostra que os alunos, de uma forma geral, pouco leem e a universidade deve se propor a prepará-los não apenas para o mercado, “*mas também para a sociedade como um todo*” (Trigo, 2003, p. 97). Caso contrário, a IES que se direciona exclusivamente para o mercado, sair-se-á bem como uma adestradora de recursos humanos operacionais, mas com fragilidade em seu pensar. É assim que a visão positivista presenteia nossos espaços de reflexão (Panosso Netto e Castillo Nechar, 2014). O positivismo busca resultados mais objetivos e assiste a debates entre docentes e pesquisadores acerca de modelos para a formação acadêmica que são, aparentemente, reveladores da “*fragmentação do pensamento*”, onde mercado e academia trilham seus caminhos de mãos soltas (Valduga, 2013).

Por conta de abordagens analítico-cartesianas em muitos currículos universitários, como afirma Moesch (2013, p. 26), o turismo ainda é restritamente enxergado por estudantes como indústria, “*atividade econômica do setor de serviços*”, empresa a ser administrada (hotéis, agências) ou um campo a ser explorado por consultores em planejamento. Essas visões, quando isoladas e/ou supervalorizadas, são reducionistas e podem levar a ações malsucedidas ao se buscarem meios de desenvolver o destino pelo turismo. O turismo não é indústria (Lemos, 1998; Moesch, 2013; Coriolano, 2006). Como bem coloca Lemos (1998, p. 65), há uma “*representação, repetidas vezes, de conceitos e símbolos [do turismo] que evidenciam algumas contradições e conceituações nebulosas*”. Por isso, cabe anotar que se trata de “*um fenômeno com consequências culturais, sociais, políticas, comunicacionais que deve também ser estudado, principalmente por ter se convertido em direito, desejo de todos os cidadãos de qualquer classe social e de qualquer sociedade, seja ela desenvolvida ou não*” (Moesch, 1998, p. 17).

### **O distanciamento entre a teoria e a prática, na prática**

Na cidade de São Luís, capital do Maranhão, as opções de lazer para o turismo vão desde o Centro Histórico (tendo o bairro da Praia Grande como atrativo principal) aos atrativos naturais, com praias, dunas e manguezal, apenas para citar alguns. Com a possibilidade de diversificar esta oferta, a Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR), no início de 2006, deu início a uma incursão à Ilha do Medo, “*localizada a noroeste da ilha de São Luís, distando 6.380m da Praia Grande, em linha reta, [cujo] tempo de travessia de São Luís [...] é de 10 a 30 minutos*” (Sousa, 2011, p. 358). Montou-se uma equipe multidisciplinar, com a participação de turismólogos, pedagogos, assistentes sociais, geógrafos, topógrafos, arquitetos e biólogos, com o objetivo de planejar o turismo com “supostas” bases comunitárias na ilha (Sousa, 2011).

A cientista social Emilene Sousa, professora do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, foi convidada para participar da incursão e mostra como os moradores da ilha não pareciam dar muita importância ao que a SETUR se propunha a fazer ali:

*Enquanto os turismólogos tentavam convencê-los de que poderiam estabelecer uma parceria com a SETUR, obter lucros e melhorar a qualidade de vida no local com bons empreendimentos turísticos e ganhando infraestrutura oferecida pela prefeitura, os autóctones preocupavam-se com sua tranquilidade, seu modo de vida e tradição. O medo presente no discurso deles era o medo da mudança repentina de um modus vivendi experienciado há quarenta anos por gerações. (Sousa, 2011, p. 361)*

Ao invés da euforia, nos termos de Doxey, talvez esperada pela SETUR, os residentes demonstraram uma única preocupação com a presença dos “estranhos”: alteração do seu modo de vida local, de suas relações cotidianas. Ao contrário do modelo de Doxey, o qual defende que as comunidades tendem a se tornar mais hostis com os visitantes de acordo com a sua constante exposição e, conseqüentemente, crescimento desordenado, Faulkner e Tidswell (1997, p. 25) advertem para o cuidado com a generalização desta ideia, pois como mostra o trabalho de Mosey *et al.* (1996), o efeito oposto é possível, ou seja, em algumas “situações onde o turismo é um fenômeno relativamente novo, a reação inicial dos residentes é negativa”. Logo, é compreensível que Cañada e Gastón (2007) entendam que as comunidades têm o direito de fazer frente e dizer não ao turismo, se assim acharem conveniente. De forma semelhante, Panosso Netto (2010, p. 47) esclarece que “planejadores, empresários e estudiosos [...] não podem desconsiderar o direito de grupos minoritários, como indígenas, camponeses, caçaras, seringueiros, entre outros, de decidir se desejam ou não que se faça turismo na área em que vivem”. Os profissionais da incursão partiram do discurso economicista da chamada “indústria” que gera emprego e renda, rejeitando qualquer tentativa de entender as “tradições”, o “relacionamento”, as “expectativas”, as “necessidades”, os “desejos” e as “soluções” dos desejados anfitriões – moradores da Ilha do Medo (Wada, 2003, p. 67). Mesmo assim, a equipe designada para a “exploração”, como denominou a pesquisadora, pareceu despreparada devido à falta de paciência e respeito para com ela e os autóctones.

*Agindo como ‘colonizadora’, a equipe demonstrava total insensibilidade em relação aos moradores e aquilo que eles defendiam: seus valores, sua tradição, seu modo de vida. Prova disso é que, na medida em que falavam com os moradores em casa, eu observava pelas janelas, de longe, topógrafos, biólogos, arquitetos e geógrafos atuarem lá fora, entre a flora e a fauna, rabiscando em pranchetas, apontando para os montes, medindo terrenos, procurando os pontos estratégicos para a construção de poços, trapiches, mirantes, restaurantes, pracinhas, pontos de descanso, sinalização de trilhas ecológicas e daí por diante. (Sousa, 2011, p. 361)*

Nitsche (2013) pontua algumas causas para a exclusão de representantes de pequenas comunidades, dentre as quais: os projetos turísticos são planejados sem buscar os interesses da comunidade; talvez a população esteja desmotivada para seguir adiante com projetos porque simplesmente desconhece significado e efeitos advindos da atividade turística; e, em casos de experiência negativa com o turismo, a comunidade se posiciona contra a implantação de qualquer tentativa da atividade. De certa forma, Krippendorf (2009, p. 232) já havia percebido que, para um desenvolvimento turístico em harmonia, o engajamento dos autóctones nas etapas do planejamento deve acontecer de tal forma que esses mantenham o controle do solo e sejam prudentes. Uma das preocupações do economista suíço em referência era a de que em certos casos o morador cede para os encantos de sujeitos externos, por meio da venda de terras a preços módicos e/ou se iludindo com propostas de emprego. Daí é que vem a ideia de o autóctone “cavar o próprio túmulo”.

A professora se preocupava com a abordagem feita pela SETUR.

*Distraída e incomodada com o que observava lá fora, pela moldura da janela, fui discretamente abordada com um toque por uma das turismólogas sentada ao meu lado que, cansada de contra-argumentar com os moradores me indagou baixinho: ‘você não vai falar nada?’, ao que eu respondi desconsertada: ‘estou achando o diálogo um pouco complicado’, o que ela prontamente inferiu: ‘então! **E não é por isso que você está aqui?**’. (Sousa, 2011, p. 361-2 grifo nosso)*

A fala da turismóloga denuncia uma profissional com conhecimentos acerca do turismo, no mínimo, questionáveis. A impressão que causou em Emilene Sousa foi a de refletir sobre até que ponto as práticas de um profissional de turismo condizem com a ética, quando ela diz que “o antropólogo é realmente convidado, não raras vezes – e nem sempre pelos nativos, acrescento – a exercer o papel de mediador em debates que não o agradam nem ética nem politicamente” (Sousa, 2011, p. 362). Sob o ponto de vista dos estudos críticos em turismo, Panosso Netto, Noguero e Jäger (2011, p. 551) acreditam que há profissionais – arrisca-se uma comparação aos aqui analisados – que se valem de uma pobre fundamentação teórica, resultando na impossibilidade de abstrair “para a criação de argumentos práticos e teóricos sustentáveis”. Essa situação já fora percebida por teóricos do turismo, como constata Panosso Netto em outro escrito:

*muitas vezes [alguns turismólogos] não sabem ao certo do que trata o seu campo de estudo e não têm uma visão abrangente do turismo. Entre os vários motivos, isso também se deve ao fato de que muitos bacharéis em turismo, em vez de trabalharem pelo avanço da atividade e da pesquisa na área, preferem lamentar a falta de regulamentação do título de bacharel em turismo ou se preocupar em encontrar alguém que lhes dará emprego. (Panosso Netto, 2011, p. 41)*

Adiante com as percepções da autora dos relatos em análise, intrigada com a relação que se estabeleceu entre os ilhéus (moradores da ilha) e os agentes da Secretaria naquele momento, ela revela:

*A minha saída do círculo de profissionais naquele instante, e mesmo a distância espacial que se colocava entre mim e eles, foi-me favorável. Um favorecimento que se veio somar ao meu silêncio ao longo de toda a discussão, quando eu parecia ser a única que apesar de estar ali junto aos ‘colonizadores’ – que como os portugueses no Brasil cruzaram os mares e chegaram em suas naus oferecendo melhores condições de vida a todos – não argumentava em favor do turismo como necessário, o inevitável ou consequência inexorável lei do progresso. (Sousa, 2011, p. 364)*

Aparentemente, há no artigo um desconhecimento de qualquer tipo de comparação do turismo com uma nova forma de colonialismo, pois nenhuma referência sobre a literatura existente foi mencionada. Santana (2009) concebe a década de 70 como o auge das análises, versando o turismo como um modelo de dominação onde impera a dependência econômica. Ele afirma que a associação do turismo como forma de colonialismo surgiu com Nash (1977) que “focaliza o papel desempenhado pelo turismo como criador de dependências entre a metrópole (geradora do turismo) e a periferia (receptores do turismo) em uma réplica das relações coloniais ou formas ‘imperialistas’ de dominação e subdesenvolvimento cultural” (Santana, 2009, p. 52). Quando visto como uma forma de colonialismo, o olhar sobre o turismo pode partir de uma abordagem marxista (Panosso Netto & Castillo Nechar, 2014).

Baseada no discurso dos moradores da Ilha do Medo, Sousa (2011) interpreta o contato estabelecido entre os sujeitos da ação da SETUR da seguinte forma: turistas são os invasores; o turismo é a invasão; e a equipe da SETUR é formada por “colonizadores”. A partir dessa experiência, a pesquisadora passou a questionar o conhecimento de profissionais responsáveis pelo turismo em

São Luís. Segunda ela, o esforço empreendido pelos planejadores do turismo deveria ter como pressuposto o “*entender a lógica do Outro*”. Isso não é diferente do que a própria Teoria Crítica em Turismo alerta. O que se percebe é um despreparo de alguns profissionais com grau de bacharel em Turismo, o que chega a comprometer a imagem daqueles que se dedicam à área por meio de pesquisas, consultorias e formação complementar em programas de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) etc.

Sousa (2011, p. 369, grifo nosso) avança em seu questionamento:

*Se por um lado, como me disse um informante turismólogo, ‘o turismo trabalha para que o visitante se sinta em casa’, quando o turista se comporta como se estivesse em casa sua conduta parece um desrespeito à casa do nativo, pois o turista se comporta como se vigorassem no lugar as leis e regras de sua própria casa e não um modo de vida diferenciado e que deve ser respeitado. Seria este o paradoxo do turismo?*

A valorização exclusiva do turista e excludente do nativo não é apreciada por quem estuda e defende o turismo. Pensar e agir dessa forma demonstra uma rejeição e/ou falta de atenção aos estudos sérios, uma desvalorização do saber teórico, uma total falta de postura crítica (Panosso Netto e Castillo Nechar, 2014). A equipe multidisciplinar, incluso aí bacharéis em turismo, parecia ignorar ou desconhecer estudos do século passado, como o de Doxey, que, mesmo pressupondo um grau de “*homogeneidade*” e “*unidirecionalidade*” nas reações das comunidades (Faulkner e Tideswell, 1997), desenvolveu um dos primeiros modelos (Latkova, 2008) e mais significantes (Cordero, 2008) sobre as atitudes de residentes perante a sobrecarga de suas comunidades pelo aumento de visitantes, que se chama *Index of Tourist Irritation* – ou *Irridex Model* ou *Doxey’s Irridex*, em português, Índice de Irritação Turística ou Modelo Irridex ou Irridex de Doxey. O conceito do ciclo de vida proposto por Butler (1980), segundo Singh (2011), por sua vez, teve como base o Irridex de Doxey. Ambos os modelos teóricos apresentam fases evolutivas e versam sobre os efeitos socioculturais do turismo, por isso a OMT (2001) afirma que estão relacionados.

Esses postulados teóricos, defendidos a partir da década de 1970, podem ser associados às fases de transição das Plataformas do Pensamento em Turismo propostas por Jafari (1994; 2005). Duas delas, as plataformas da advertência e da adaptação, caracterizam-se por, respectivamente, estudos versando exclusivamente sobre os efeitos negativos do turismo e novas formas de planejá-lo e desenvolvê-lo. A academia brasileira já deve estar atenta para isso, pois a voz de Jafari ecoa nos trabalhos de Rejowski (2002; 2015), Panosso Netto (2003) Panosso Netto e Trigo (2009) e Lohmann e Panosso Netto (2012).

A percepção de Sousa (2011, p. 380) de que, “*na incômoda viagem de volta a São Luís, marcada por uma maré agitada e muitos sacolejos do catamarã, os integrantes da equipe de planejamento incrédulos demonstravam indignação diante da ‘resistência’ dos ilhéus à implantação do turismo*”, leva a refletir se as bases teóricas da formação de profissionais como os analisados “estão em jogo”, uma vez que demonstram um distanciamento entre a teoria e a prática no turismo. Este é apenas um dos casos, no Brasil, que se pensa no potencial turístico a partir da visão para o mercado. Mas, com isso, somam-se os alertas de que conflitos podem emergir e que não configuram um processo simples (Antunes, 2006). O caso traz explícito o desrespeito para com as singularidades das relações cotidianas dos ilhéus, e, da mesma forma, um silêncio a qualquer tentativa de empoderamento das decisões por parte desses moradores, o que é um tema caro às políticas públicas (Araujo, 2015). Portanto, faz sentido a afirmação de que muitos turismólogos ainda não acordaram para os efeitos negativos que podem ser ocasionados pelas forças do turismo (Barretto, 2007).

## Considerações finais

O título deste ensaio traz uma dicotomia que não deveria existir (Panosso Netto, 2011). Entretanto, ao analisar as considerações da cientista social Emilene Sousa sobre uma iniciativa malsucedida da Secretaria Municipal de Turismo de São Luis (SETUR), em 2006, nota-se que esta é uma discussão ainda necessária. Os discursos e atitudes dos profissionais, dentre eles alguns bacharéis em turismo, apontam para um dos eixos do duplo vício do distanciamento entre teoria e prática. Neste caso, verifica-se a desvalorização e/ou desconhecimento de aportes teóricos da área do turismo por parte dos participantes da ação “malsucedida” da SETUR, a partir dos seus discursos que se puseram em evidência.

Paradoxalmente, comumente, logo no início da graduação em turismo, ensina-se que “o local só é bom para o turista se for bom para o morador”. Esse é um enunciado que soa praticável, buscando o apoio de qualquer interlocutor. De forma semelhante, é como se, nos tempos contemporâneos, para alguns, o termo turismo sustentável houvesse se tornado um substantivo composto – “turismo-sustentável” (Andrade, 2007) – ou um “*turismo responsustentável*” (Mihalic, 2014). A reprodução desses discursos sobre práticas sustentáveis e éticas, sobretudo pela mídia, por políticos, pela academia etc., diverge de determinadas práticas na área do turismo que ainda ignoram ou desconhecem necessidades e interesses dos principais sujeitos impactados, já evidenciados em diversos estudos teóricos.

Cabe ressaltar que o estudo sobre o distanciamento entre a teoria e a prática no turismo pode revelar-se em outros contextos. Este não pretende abarcar a complexidade do tema, mas retoma e discute um caso que pode assemelhar-se a outros destinos, servindo de fonte para as reflexões de outros turismólogos e profissionais que se aproximam da nossa área de formação e atuação. Concorde-se que, munidos de uma postura crítica, é possível desconstruir a polarização entre efeitos negativos/positivos do turismo, academia/mercado e, sobremaneira, teoria/prática. Mas não é uma desconstrução simples, não é a crítica pela crítica. Refere-se ao conhecimento crítico que busca e promove a transformação de uma realidade medíocre, por meio de uma sólida visão holística.

## Referências

Andrade, D. A. da C. (2007): “A (in)sustentabilidade do turismo no sertão da Paraíba: o município de Coremas, “a terra das águas”, em análise”. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa – Paraíba.

Antunes, R. (2006): “Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras”. In: Ruschmann, D. V. M. & Solha, K. T. (2006) *Planejamento Turístico*. Barueri, SP: Manole.

Araujo, L. M. V. (2015): “Modelos de evaluación en las políticas social: complementariedad para lograr el empoderamiento comunitario”. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 29, p. 1-7, Agosto.

Barretto, M. (2011): “Relato da IX Reunião de Antropologia do Mercosul”, Curitiba/SP (Brasil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 5, n. 2, p. 297-305.

\_\_\_\_\_. (2007): “Turismo e turismologia em xeque”. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 1, n. 1, p. 136-139, set.

Cañada, E. & Gastón, J. (2007): “*El turismo y sus mitos*”. 1. ed. Managua: Enlace.

Cordero, J. C. M. (2008): “Residents’ perception of tourism: a critical theoretical and methodological review”. *CIENCIA ergo sum*, v. 15, marzo-junio, p. 35-44.

Coriolano, L. N. M. T. (2006): "O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza". São Paulo: Annablume.

Dencker, A. F. M. (2003): "A abordagem científica em hospitalidade". In: Dencker, A. F. M. & Bueno, M S. (Orgs.) *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 93-111.

Faulkner, B. & Tideswell, C. (1997): "A framework for monitoring community impacts of tourism". *Journal of Sustainable Tourism*, v. 5, n. 1, p. 3-28.

Jafari, J. (2005) "El turismo como disciplina científica". *Política y Sociedad*, v. 42, n. 1, p. 39-56.

\_\_\_\_\_. (1994): "La cientifización del turismo". *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 3, n. 1, p. 7-35.

Krippendorf, J. (2009): "*Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*". Trad. de Contexto traduções. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph.

Latkova, P. (2008): "*An examination of factors predicting residents' support for tourism development*". Michigan State University. Department of Park, Recreation and Tourism Resources.

Lemos, L. A. (1998): "Os sete mitos do Turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais". In: Gastal, S. (Org.) *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre, RS: Edição dos Autores.

Lohmann, G. & Panosso Netto, A. (2012): "*Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*". 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph.

Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2009): "*Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*". 2. ed. São Paulo: Atlas.

Mihalic, T. (2014): "Sustainable-responsible tourism discourse – towards 'responsustable'". *Journal of Cleaner Production*, p. 1-10.

Moesch, M. M. (2013): "O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo". *CENÁRIO*, Brasília, v. 1, n.1, Dez.

\_\_\_\_\_. (1998): "O fazer-saber turístico: possibilidade e limitações de superação". In: Gastal, S. (Org.) *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre, RS: Edição dos Autores.

Nitsche, L. B. (2013): "Por um turismo para as comunidades locais". *Turismo & Sociedade*, v. 6, n. 3, p. 713-717, jul.

OMT. (2001): "*Introdução ao turismo*". Amparo Sancho (Dir. e Red.) Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca.

Panosso Netto, A. & Castillo Nechar, M. (2014): "Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica". *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 8(1), p.120-144, jan./mar.

Panosso Netto, A., Noguero, F. T. & Jager, M. (2011): "Por uma visão crítica nos estudos turísticos". *Turismo em Análise*, v. 22, n. 3.

Panosso Netto, A. (2011): "*Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*". 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph.

\_\_\_\_\_. (2010): "Experiência e turismo: uma união possível". In: Panosso Netto, A. & Gaeta, C. (Orgs.) *Turismo de experiência*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Panosso Netto, A. & Trigo, L. G. G. (2009): "*Cenários do turismo brasileiro*". São Paulo: Aleph.

Panosso Netto, A. (2003): "O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica". In:

Panosso Netto, A. & Trigo, L. G. G. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph.

Pereira, O. (2011): *“O que é teoria”*. 10. ed. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense.

Rejowski, M. (2015) “Teorizações do turismo em direção a novas abordagens: uma discussão preliminar”. In: *XII Seminário ANPTUR*, 2015, Natal, RN, Anais. On-line. São Paulo: ANPTUR.

\_\_\_\_\_. (2002): *“Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional X atuação brasileira”*. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus.

Santana, A. (2009): *“Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações”*. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph.

Singh, S. (2011): “The tourism area ‘life cycle’: a clarification”. *Annals of Tourism Research*, v. 38, n. 3, p. 1185-1187.

Sousa, E. L. (2011): “Pelos fronteiras do medo: resistência ao processo de implantação do turismo na Ilha do Medo – Maranhão, Brasil”. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 5, n. 3, p. 356-382, dez.

\_\_\_\_\_. (2008): “A Ilha do Medo e o Medo do Turismo”. In: *V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)*, 2008, Caxias do Sul, RS. Anais. On-line. Caxias do Sul: SeminTUR.

\_\_\_\_\_. (2007): ““Invasão” à Ilha do Medo: o processo de implantação do turismo e a reação dos autóctones”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 16, p. 75-91.

Trigo, L. G. G. & Mazaro, R. M. (2012): “Movimentos globais e cenários em turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro”. *Turismo em Análise*, v. 23, n. 3, dezembro.

Trigo, L. G. G. (2003): “Turismo brasileiro e a questão social”. In: Panosso Netto, A. & Trigo, L. G. G. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph.

Valduga, V. (2013): “Para onde vai o pensamento turístico?” *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 462-465, abril.

Veal, A. J. (2011): *“Metodologia de pesquisa em lazer e turismo”*. Trad. Gleice Guerra e Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph.

Wada, E. K. (2003): “Reflexões de uma aprendiz da hospitalidade”. In: Dencker, A. F. M. & Bueno, M S. (Orgs.) *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 61-71.

#### **Nota:**

<sup>1</sup> O bolsista FAPEMA agradece a esta agência de fomento à pesquisa pela bolsa de mestrado, que facilitou o desenvolvimento deste trabalho.

<sup>2</sup> Contudo, Emilene Sousa destaca em suas análises alguns clássicos e contemporâneos do Turismo, estrangeiros: James Clifford (1989), Dean Maccannel (1992), Dennison Nash (1996), Jost Krippendorf (2001), John Urry (2002); e brasileiros: Rodrigo de Azeredo Grunewald (2001), Álvaro Banducci Jr. (2005) e Silvana Micele de Araújo (2005).